

Associações de municípios em Santa Catarina: da gênese à consolidação

Valesca Menezes Marques*
Leila Christina Dias**

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a divisão do Estado de Santa Catarina em regiões de associações de municípios. A identificação dos agentes e das motivações que resultaram na construção dessa nova escala de representação social baseou-se em exame das atas das assembléias de criação das associações e em depoimentos colhidos de entrevistas e aplicação de questionário. Esse procedimento operacional da pesquisa possibilitou analisar a ação dos diferentes agentes sociais e a influência da tradição de associativismo e cooperativismo existente no Estado.

Palavras-chave: associação de municípios, regionalização, representação social, identidade regional.

Abstract

The purpose of this paper is to analyse the division of the State of Santa Catarina into regions of municipal associations. The identification of agents and motivations, that resulted in the creation of this new scope of social representation, was based on the record's scrutiny of the meeting's procedure of constitution's associations and on evidence gathered from interviews and questionnaires. This operational proceeding made it possible to

* Mestre em Geografia, arquiteta e urbanista da GRANFPOLIS (valescam@matrix.com.br).

** Doutora em Geografia, professora do Departamento de Geociências da UFSC (leila@cfh.ufsc.br).

analyse the social agents actions and the influence of the associativism and co-operativism tradition existing in the State.

Key words: municipal association, regionalization, social representation, regional identity.

Introdução

Estudo efetuado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) em 1978 apontava as associações de municípios (AM) em Santa Catarina como as mais antigas do país, com exceção apenas para uma associação de municípios fundada no Rio Grande do Sul em 1960 – Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos (AMVRS), com sede em Novo Hamburgo. Duas outras AM daquele estado da federação foram fundadas em 1961, mesmo ano de fundação da primeira associação em Santa Catarina – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC).

Este trabalho parte de uma questão central: que conjunto de fatores foi capaz de fazer com que uma iniciativa de associativismo municipal, surgida no início dos anos 1960, tivesse engendrado uma regionalização própria, que se estendeu por todo o Estado e que perdura até hoje?¹

A concepção do espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (Santos, 1996) foi idéia norteadora desta pesquisa, motivando a transcender uma perspectiva reduzida apenas ao estudo da morfologia, limitada à descrição da configuração espacial da divisão por regiões de AM. Ela motivou o passo adiante para conhecer as ações que explicam o processo de divisão do espaço em regiões de associações de municípios em Santa Catarina, reconhecendo os agentes sociais que concorrem para essa representação da realidade. Convém enfatizar que essa representação não é um dado natural, é socialmente construído.

¹ Para um aprofundamento dessa questão, ver a dissertação de mestrado de Valesca Menezes Marques, intitulada *As associações de municípios e a regionalização do Estado de Santa Catarina*, PPGG, UFSC, maio 2003.

Assim, a lógica que preside o processo de divisão do espaço em regiões de AM em Santa Catarina baseia-se no conjunto de fatores objetivos e subjetivos (Bourdieu, 2001) que atuam com intensidade variada, às vezes em conjunto, outras separadamente, obedecendo ao mesmo tempo a lógica da história passada e a lógica da atualidade (Santos, 1996).

A identificação dos fatores, dos agentes e das motivações que resultaram na construção dessa nova escala de representação social baseou-se em exame das atas das assembleias de criação das associações e em depoimentos colhidos de entrevistas e aplicação de questionário. Esse procedimento operacional da pesquisa possibilitou analisar a ação dos diferentes agentes sociais, como veremos na primeira parte deste artigo, e a influência da tradição de associativismo e cooperativismo existente no Estado – cujo funcionamento pode ser explicado pela qualidade do capital social e da cultura cívica (Putnam, 1996) –, contemplada na segunda parte.

Agentes sociais e constituição das associações de municípios

As associações de municípios (AM) são entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com duração indeterminada e estatuto próprio, aprovado em Assembleia Geral. Em Santa Catarina, os presidentes das AM são os prefeitos, considerados pelos entrevistados como os principais participantes do processo de criação e desenvolvimento do associativismo municipal no Estado. O exame das atas das primeiras assembleias e de outros documentos que relatam a história das AM, além dos depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo, demonstram a participação e o interesse de lideranças políticas e empresariais na criação das AM em Santa Catarina. A pesquisa identificou alguns agentes que foram capazes de construir essa escala de representação social, que se reflete na divisão espacial conhecida como as regiões das associações. Para fins de análise, procedemos a uma periodização, com base nos principais processos que engendraram a configuração das associações de municípios. O quadro 1 apresenta, por ordem cronológica, os municípios fundadores de cada associação, desde a

pioneira AMMOC, fundada em 1961, até a AMNOROESTE, criada em 1997.

**QUADRO 1: SANTA CATARINA - ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS
Por ordem de criação**

SIGLA	MUNICÍPIOS FUNDADORES	CRIAÇÃO
AMMOC	A.M. do Meio Oeste Catarinense: Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Campos Novos, Capinzal, Concórdia, Curitibaanos, Fraiburgo, Irineópolis, Herval d'Oeste, Ibicaré, Itá, Joaçaba, Lacerdópolis, Lebon Régis, Matos Costa, Pinheiro Preto, Piratuba, Ponte Serrada, Porto União, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, Seara, Tangará, Videira. (26 Munic.)	1961
AMAVI	A.M. do Alto Vale do Itajaí: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio d'Oeste, Rio do Sul, Saleté, Taió, Trombudo Central, Witmarsum. (20 Munic.)	Novembro 1964
AMPLA	A.M. do Planalto Norte Catarinense: Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Três Barras (10 Munic.)	Agosto 1966
AMOSC ⁽¹⁾ (AMEOSC)	A.M. do Oeste de Santa Catarina: Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Faxinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondai, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço d'Oeste, São Miguel d'Oeste, Saudades, Vargeão, Xanxerê, Xaxim. (34 Munic.)	Fevereiro 1968
AMURES	A.M. da Região Serrana: Alfredo Wagner, Anita Garibaldi, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Lages, Ponte Alta, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici. (10 Munic.)	Agosto 1968
AMUNESC ⁽²⁾ (FIDESC)	A.M. do Nordeste de Santa Catarina: Araquari, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guarimir, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Schroeder. (13 Munic.)	Agosto 1968
AMARP	A.M. da Região do Alto Rio do Peixe: Arroio Trinta, Caçador, Curitibaanos, Fraiburgo, Lebon Régis, Matos Costa, Riodas Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, Videira. (10 Munic.)	Outubro 1968
GRANFPOLIS	A.M. da Região da Grande Florianópolis: Águas Mornas, Angelina, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São José. (10 Munic.)	Março 1969
AMMVI	A.M. do Médio Vale do Itajaí: Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Vidal Ramos. (13 Munic.)	Agosto 1969

Continuação Quadro 1

SIGLA	MUNICÍPIOS FUNDADORES	CRIAÇÃO
AMREC ⁽³⁾ (AMSESC)	A.M. da Região Carbonífera: Araranguá, Criciúma, Içara, Jacinto Machado, Lauro Müller, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Praia Grande, São João do Sul, Siderópolis, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo, Urussanga. (16 Munic.)	Junho 1970
AMFRI	A.M. da Foz do Rio Itajaí: Balneário Camboriú, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Porto Belo. (07 Munic.)	Agosto 1970
AMUREL	A.M. da Região de Laguna: Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão. (16 Munic.)	Agosto 1970
AMEOSC	A.M. do Extremo Oeste de Santa Catarina: Anchieta, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Mondai, Palma Sola, Romelândia, São José do Cedro, São Miguel d'Oeste. (11 Munic.)	Julho 1971
AMAUC	A.M. do Alto Uruguai Catarinense: Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Peritiba, Piratuba, Pres. Castelo Branco, Seara, Xavantina. (11 Munic.)	Maio 1976
AMVALI	A.M. do Vale do Itapocu: Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, Schroeder. (06 Munic.)	Outubro 1978
AMAI	A.M. do Alto Irani: Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê, Xaxim. (08 Munic.)	Outubro 1978
AMESC	A.M. do Extremo Sul de Santa Catarina: Araranguá, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Praia Grande, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo. (09 Munic.)	Setembro 1979
AMURC ⁽⁴⁾ (AMVAC)	A.M. da Região do Contestado: Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União, Três Barras. (05 Munic.)	Abril 1980
AMERIOS	A.M. de Entre-Rios: Campo Erê, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Riqueza, Romelândia, São Carlos, Saudades, São Miguel da Boa Vista. (09 Munic.)	Dezembro 1995
AMPLASC	A.M. do Planalto Sul Catarinense: Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos, Monte Carlo, Vargem, Zortéa. (06 Munic.)	Março 1997
AMNOROESTE	A.M. do Noroeste de Santa Catarina: Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino, São Lourenço d'Oeste (04 Munic.)	Julho 1997

⁽¹⁾ Chamava-se AMEOSC à época de sua criação, até 1971.

⁽²⁾ FIDESC-Fundação Intermunicipal para o Desenvolvimento de Santa Catarina à época de sua criação, até dezembro/1973, quando passou a chamar-se AMUNESC.

⁽³⁾ Chamava-se AMSESC-Associação dos Municípios do Sul do Estado de Santa Catarina à época de sua criação, até 25/abril/1983.

⁽⁴⁾ Desmembrada da AMPLA, chamava-se AMVAC-Associação dos Municípios do Vale do Canoinhas à época de sua criação, até 11/setembro/1990, quando passou a chamar-se AMURC.

Fonte: Organizado por V.M. Marques, com base em dados fornecidos pelas Associações de Municípios (ano 2002).

As associações pioneiras

Atribui-se o pioneirismo no associativismo municipal em Santa Catarina aos prefeitos fundadores da Associação dos municípios do meio oeste catarinense – AMMOC, que formava uma mancha única e solitária no mapa do Estado, permanecendo assim entre 1961, ano de sua criação, até novembro de 1964, quando foi criada a associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI (Quadro 1). A partir daí pode-se observar dois agrupamentos de municípios – um ocupando o Meio Oeste Catarinense e o outro, como uma mancha contígua seguindo na direção do leste, cobrindo o Alto Vale do Itajaí. Em 1966, com a criação da Associação dos municípios do planalto norte catarinense – AMPLA, essa mancha contígua alastrara-se na direção do Norte e pela primeira vez ocorre desligamento de municípios de uma associação para integrar outra em fase de formação. Trata-se da transferência dos municípios de Irineópolis, Matos Costa e Porto União para a AMPLA.

Em fevereiro de 1968, com a criação da Associação dos municípios do oeste de Santa Catarina – AMOSC, a configuração regional das AM alcançava a divisa do Estado com a Argentina. Em agosto do mesmo ano, com a criação da Associação dos municípios da região serrana – AMURES e da Associação dos municípios do nordeste de Santa Catarina – AMUNESC, esse formato organizacional atingia o Planalto de Lages e a porção nordeste do Estado. Os municípios situados próximos ao litoral, de Piçarras, ao norte, até o extremo Sul, não estavam ainda agrupados em AM. Além disso, até agosto de 1968, ainda não havia acontecido nenhum desdobramento em novas associações.

As lideranças que influenciaram a criação da AMMOC foram, principalmente, os prefeitos do Meio Oeste Catarinense. As atas de reuniões mostram igualmente a presença das seguintes personalidades, que por motivos diversos tiveram participação no processo: Alfredo Ítalo Remor (representando a Associação Comercial de Joaçaba e presidente da comissão BR-282 Asfaltada), Senador Atílio Fontana (Concórdia, Sadia), Saul

Brandalise (Grupo Perdigão, representando a Associação Comercial de Videira) e Deputado Federal Paulo Macarini (Capinzal). Os estatutos da associação manifestam a necessidade sentida pelos prefeitos de integrar os municípios como estratégia para fortalecer a região em relação ao Estado e a carência de atendimento, por parte dos governos federal e estadual da época, às necessidades de infra-estrutura para o desenvolvimento regional, principal reivindicação referida nos documentos pesquisados. Não surpreende, pois, que de início associaram-se 26 (vinte e seis) municípios, chegando a 37 (trinta e sete), nos anos subseqüentes. O início dos anos 1960 foi marcado pela profunda insatisfação com a insuficiência de integração rodoviária e de fornecimento de energia elétrica no Estado. Desde a criação da AMMOC até 1968, quando foi instalado escritório técnico em Joaçaba, a sede da Associação era itinerante, dependendo do município em que o presidente da entidade exercia seu mandato de prefeito. Talvez a itinerância da sede durante os primeiros sete anos e uma “política associativista municipal que tomava corpo” (AMMOC, 1987: 15) em Santa Catarina tenham sido os motivos para “o desmembramento de vários municípios” (p. 15) da AMMOC. Esses municípios deram origem à AMAVI, segunda associação criada em Santa Catarina.

A AMAVI foi criada em reunião promovida pela Câmara Júnior de Rio do Sul, que julgava importante a sua constituição para promover as causas regionais (AMAVI, 1989). A essa reunião compareceram os vinte prefeitos dos municípios fundadores. Dentre os agentes que influenciaram a criação da associação destacam-se: Moacir Bertoli, que era prefeito de Taió; lideranças políticas, como os deputados Nelson Morro, Gervásio Maciel e Albino Zeni e lideranças empresariais ligadas à Câmara Júnior de Rio do Sul, sendo seu primeiro presidente, Vitorio Fornerolli, prefeito de Rio do Sul.

Inicialmente denominada Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (AMEOSC) e com sede em Chapecó, a AMOSC foi criada pelos prefeitos do Oeste de Santa Catarina, sendo seu primeiro presidente Sadi José de Marco,

prefeito de Chapecó. O fato de a assembléia de fundação da AMOSC, ocorrida em 11 de fevereiro de 1968, ter sido presidida pelo então Secretário de Estado dos Negócios do Oeste, Serafim Ennos Bertaso, indica possível influência do governo estadual para criar a associação, com o objetivo de “congregar os entes públicos municipais através de seus prefeitos, em defesa de interesses comuns dos associados e da comunidade do Oeste de Santa Catarina” (AMOSC, 1998, s/p.). Também participou da assembléia de criação da AMOSC Plínio Arlindo De Nes (Avícola Chapecó), líder empresarial em Chapecó. Desde sua criação, a AMOSC recebeu incentivo para sua organização e orientação técnica da SUDESUL: o estatuto social da entidade, elaborado sob a orientação daquela Superintendência, foi aprovado pelos prefeitos associados em assembléia geral realizada em 30 de novembro de 1968. Nesta ocasião, foi definida a “realização de viagem em comitiva a Brasília, com o objetivo de reivindicar a imediata implantação da BR-282, no Oeste do Estado, cujos resultados foram alcançados rapidamente, com o início dos trabalhos” da associação (AMOSC, 1998, s/p.). A influência da SUDESUL pode ser reconhecida, também, pela formalização de convênio com a finalidade de realizar estudos e levantamentos de dados para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento da Microrregião do Extremo Oeste de Santa Catarina, dentro das premissas estipuladas pelo governo federal, através da Política de Desenvolvimento Nacional.

A AMURES foi criada pelos prefeitos da região serrana, sob a liderança dos prefeitos de Lages e São Joaquim, Nilton Rogério Neves e Rogério Tarzan, respectivamente. Conforme a ata da assembléia de criação da associação, os trabalhos desenvolvidos pela SUDESUL foram os grandes motivadores para a criação da AMURES, não obstante constar a participação, na referida assembléia, de lideranças políticas e empresariais locais, dentre os quais membros da família Ramos.

Segundo a ata da assembléia de criação da AMUNESC (inicialmente FIDESC), participaram do ato, além dos prefeitos da

região, Nilson Wilson Bender (foi diretor da Fundação Tupy, prefeito de Joinville e deputado estadual; atualmente é vereador em Joinville) e Geraldo Wetzel (secretário de finanças da Prefeitura de Joinville, ligado à Indústria Wetzel). Seu primeiro presidente foi Otair Becker (indústria Oxford de louças, atual presidente da SCGás, distribuidora de gás em Santa Catarina), então prefeito de São Bento do Sul.

As associações criadas durante o período de propagação do processo

O período de propagação se caracteriza pela coexistência de dois processos distintos na formação das associações: aquelas formadas por municípios ainda não associados a qualquer outra e aquelas resultantes de *desmembramento*, termo usado aqui para designar a criação de uma nova associação agrupando número significativo de municípios anteriormente integrantes de outra associação.

A criação da associação dos municípios da região do Alto Rio do Peixe – AMARP – inicia assim novo período de constituição das associações, quando nove municípios da região do Alto Rio do Peixe desligaram-se da AMMOC para criar a AMARP, a sétima associação de municípios, cuja formação inicial contava, também, com o município de Matos Costa, desligado da AMPLA. As motivações apontadas para os municípios se associarem foram as pressões reivindicatórias junto aos governos estadual e federal para a expansão de obras infra-estruturais de energia elétrica, abastecimento de água, transmissão de sinais de televisão e abertura e pavimentação de estradas². A criação da AMARP alterou a configuração da divisão até então apresentada pelas seis associações pioneiras no Estado de Santa Catarina. Logo depois, entre 1969 e 1970, foram criadas mais cinco associações de municípios, agrupando os municípios localizados ao longo do litoral e do Médio Vale do Itajaí que ainda não se haviam

² “Em 1968 não havia estradas pavimentadas, apenas a [Rodovia BR] 116”, entrevista com o Sr. Odivar Clóvis Biscaro.

associado, a saber: GRANFPOLIS, AMMVI, AMSESC, AMFRI e AMUREL. Com a criação da AMUREL, a 12ª associação, a divisão por regiões das AM havia alcançado todo o Estado de Santa Catarina.

Embora a oficialização da fundação da GRANFPOLIS tenha ocorrido em 26 de março de 1969, por ocasião de uma reunião realizada com esse objetivo e com a finalidade de aprovar os seus estatutos, o processo para a sua criação iniciou-se no ano anterior, através de encontros entre o prefeito de Florianópolis, Acácio Garibaldi S. Thiago – primeiro presidente da associação – e os demais prefeitos da região. Desses encontros “resultou a proclamação conhecida como ‘Declaração de Florianópolis’, em que se propuseram os municípios da região envidar esforços no sentido de promover o planejamento integrado da região polarizada pela capital do Estado” (GRANFPOLIS, 1969), culminando com evento em 16 de outubro de 1968, ocasião em que os prefeitos subscreveram o referido documento de intenção de criação da GRANFPOLIS. Convém destacar a influência da política desenvolvida por Colombo Salles durante sua campanha eleitoral de 1970 ao Governo do Estado, como motivação para consolidar a GRANFPOLIS, bem como a outras associações de municípios ao percorrer o Estado colhendo subsídios para o seu plano de governo (Projeto Catarinense de Desenvolvimento), em que privilegiava os pactos com os municípios de maneira regionalizada.

Em julho de 1971 acontece o segundo desmembramento com a criação da AMEOSC, com pólo em São Miguel do Oeste, agrupando municípios desligados da AMOSC (pólo em Chapecó), situados perto ou contíguos à divisa com a Argentina. A criação da AMEOSC revela três motivações principais: a primeira refere-se à distância e à dificuldade de deslocamento entre os municípios do extremo Oeste e Chapecó, sede da AMOSC. A segunda tinha como finalidade “acelerar o desenvolvimento microrregional, com a instalação de órgãos regionais do Governo do Estado e do Governo Federal para atendimento dos diversos serviços públicos à população” (AMOSC, 1998, s/p). E a terceira deve-se à política de

regionalização do Governo Colombo Salles, que participou da assembléia de criação da AMEOSC, em São Miguel d'Oeste. A AMEOSC teve como primeiro presidente Hélio Wassun, prefeito de São Miguel d'Oeste. Com esta associação, o Estado de Santa Catarina apresentava-se dividido em treze regiões, sendo esta a configuração estabelecida pelo Decreto Estadual 844, de 28 de setembro de 1971, para fins de planejamento regional. Verifica-se o quanto a regionalização das associações de municípios, tal como se apresentava em 1971, influenciara a regionalização adotada pelo governo estadual. Existe semelhança entre ambas, tanto no que diz respeito ao número de regiões e à sua configuração espacial quanto à utilização das siglas.

O documento do governo estadual referia-se a essa semelhança, justificando-a após estudo efetuado para identificar os “municípios que, por fatores diversos, exerciam influência sobre determinadas áreas” (SANTA CATARINA, 1987, s/p.). Segundo o documento, a divisão em unidades territoriais polarizadas fixada pelo Decreto 844 utilizou a mesma configuração da regionalização das AM porque os objetivos destas, de certa forma, coincidiam com aqueles buscados pelos estudos de regionalização efetuados pelo governo do Estado. O documento confirmava a validade da regionalização advinda do associativismo municipal em Santa Catarina, porque as AM “sugeriam regiões dentro de um espírito já testado, de cooperação e integração municipal” (SANTA CATARINA, 1987, s/p.).

Melo (1978) considerava a iniciativa do governo do Estado em instituir as unidades microrregionais polarizadas um avanço no planejamento estadual, pois essas unidades territoriais intermediárias entre o Estado e os Municípios, formadas pela reunião de vários municípios interdependentes social e economicamente, facilitariam o diálogo e a colaboração entre esses níveis de governo, visando ao desenvolvimento local. Para o autor esse processo otimizaria a aplicação dos recursos, uma vez que os problemas seriam vistos também pelo enfoque mais amplo das regiões, não se limitando à órbita dos municípios, porque “os

projetos de maior significação para os próprios municípios são projetos de repercussão regional” (Melo, 1978: 200).

Entretanto, a transitoriedade das divisões regionais para fins de planejamento logo anuncia-se nesta divisão regional, resultando em alterações do Decreto nº 844 e, conseqüentemente, na criação de novas regiões. Tão logo o Decreto 844 fora instituído, iniciaram-se reivindicações partindo de Concórdia e municípios vizinhos para que o governo institucionalizasse uma região específica naquela área. Assim, em 28 de dezembro de 1973, o Decreto Estadual nº 1.190 altera a composição das unidades territoriais de que trata o Decreto 844, instituindo a 14ª região, chamada de Região do Alto Rio Uruguai, composta por municípios antes pertencentes à AMMOC e tendo Concórdia como pólo. Esse processo incentiva a criação da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), em 7 de maio de 1976. A aceleração do desenvolvimento econômico havido na Região do Meio-oeste, principalmente, em Concórdia, no setor agroindustrial, assim como o prestígio de lideranças políticas regionais, como o senador Atilio Fontana e Victor Fontana (Sadia, Transbrasil), o deputado Vasco Furlan e Luiz Suzin Marin (prefeito de Concórdia) influenciaram a criação da AMAUC.

O Decreto nº 1.190 justificava a criação da 14ª região com o resultado obtido em estudos e pesquisas realizados “sobre as condições estruturais dos centros dinâmicos consignados no Projeto Catarinense de Desenvolvimento”, que tinham como objetivo “definir as bases para uma política de desenvolvimento urbano e de integração da rede urbana estadual”. A criação da Região do Alto Uruguai era justificada, também, como forma de “alcançar maior adequação da divisão geopolítica ao planejamento estadual”, viabilizando a articulação setorial do planejamento, tanto no nível microrregional quanto no nacional, “objetivo do Sistema Nacional de Planejamento e meta do Plano Nacional de Desenvolvimento” (SANTA CATARINA, 1973).

Tal configuração permaneceu inalterada até 1978, quando houve mais dois desmembramentos: primeiramente na

AMUNESC, com a saída de seis municípios para fundar a AMVALI. Em seguida, na AMOSC com a transferência de sete municípios que se associaram a Ponte Serrada (vindo da AMMOC) para criar a AMAI. No primeiro caso, o motivo apontado foi a busca de melhor assessoramento técnico para os municípios. A criação da AMVALI foi incentivada pelos prefeitos Dávio Léo e Victor Bauer (primeiro presidente), de Massaranduba e Jaraguá do Sul, respectivamente. A motivação apontada para a criação da AMAI foi o crescimento econômico experimentado na região, “devido especialmente à instalação do novo modelo agroindustrial baseado na avicultura e no incremento das atividades de suinocultura”, que fez o Município de Xanxerê “despontar como micropólo regional” (AMOSC, 1998). O primeiro presidente da AMAI foi Rovilho Bortoluzzi, prefeito de Xanxerê, que aliado aos demais prefeitos e com a participação do deputado estadual Saturnino Dadam, tornou possível a sua criação.

Prosseguindo a política de planejamento iniciada nos anos 1960 com o SERFHAU e a SUDESUL, os governos federal e estadual mantiveram recursos consignados em seus orçamentos, destinados ao financiamento de despesas operacionais das associações de municípios (AM), em Santa Catarina, durante os anos 70. Outra fonte de recursos foi aquela recebida para elaborar os “Termos de Referência do Plano de Desenvolvimento Microrregional Integrado” (IBAM, 1978), financiada a princípio pelo SERFHAU e, depois de sua extinção, pela SUDESUL.

Além do estímulo recebido de organismos institucionais de planejamento, a propagação das AM em Santa Catarina foi influenciada por políticas macroeconômicas que tornaram o espaço geográfico catarinense mais atraente a investimentos, na década de 1970. Paulo Lago ressaltava que a instalação de empresas públicas de capital misto com atuação relacionada com a atividade industrial, “como a instalação da sede da ELETROSUL em Florianópolis, a implantação do terminal da Petrobrás em São Francisco” (Lago, 1978: 339) evidenciava o estágio de evolução da

economia catarinense propício para a elevação de investimentos externos, na década de 1970.

As associações de municípios: do período da consolidação aos tempos atuais

Este trabalho considera período da consolidação do associativismo municipal em Santa Catarina – e, por consequência, consolidação da regionalização por associações de municípios (AM) –, o que se inicia com a cessação de recebimento de recursos financeiros originários dos governos federal ou estadual. Portanto, com o início do período em que as AM passam a contar apenas com a receita advinda das mensalidades pagas pelas prefeituras. Esse período coincide com o da criação das seguintes AM: AMESC, AMURC (AMVAC), AMERIOS, AMPLASC e AMNOROESTE. Com a mudança nas políticas de planejamento e a conseqüente extinção dos órgãos que as implementavam, a principal fonte de receita operacional das AM em Santa Catarina advém da contribuição dos municípios associados. Essa contribuição pode ser de três formas: algumas associações adotam uma porcentagem (de 1 a 3%) da cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebido pelo município; outras, da cota do retorno do ICMS (de 1 a 2%) e outras, ainda, utilizam um valor fixo de contribuição mensal estipulado em assembléia. Através de autorização exarada pela Prefeitura associada, a contribuição mensal é efetuada através de depósito diretamente à conta bancária de cada associação.

Nesse período de consolidação as motivações e os objetivos para a criação das AM permanecem semelhantes aos dos períodos anteriores: promover o desenvolvimento local e regional e dar assessoria técnica às prefeituras.

A motivação para a criação da AMESC (em 1979), curiosamente, foi revelada no texto da ata de assembléia de reestruturação da AMREC, realizada em 1983, no qual é lamentado o estado de abandono em que esta teria permanecido por

mais de seis anos. Esta motivação foi confirmada na entrevista³ com o presidente da AMESC, Antenor Rocha, ao dizer que os municípios buscavam melhor assessoramento técnico ao criar esta entidade. O primeiro presidente da AMESC foi Salmi Paladini, prefeito de Araranguá; a entidade recebeu o incentivo de Afonso Guizo, político também de Araranguá.

Para a criação da AMVAC, a motivação declarada em ata seria a intenção de a nova associação oferecer melhor assessoramento técnico aos municípios e mais estreito relacionamento com os governos estadual e federal, visando ao planejamento do desenvolvimento da região. Por outro lado, analisando-se resposta dada pela AMPLA ao questionário desta pesquisa, a motivação para a criação da AMVAC foi “de cunho estritamente político” donde se conclui que a região desejava, com esse processo, obter *visibilidade política*, principalmente perante o governo estadual. Essa visibilidade política pode significar também o desejo de afirmação de um novo poder político em surgimento. Benedito Therézio de Carvalho, prefeito de Canoinhas, foi o primeiro presidente da AMVAC, cuja criação foi incentivada pelos prefeitos dos demais municípios da região e pelo deputado estadual Aroldo de Carvalho, irmão de Therézio.

A diferença da atividade econômica praticada nos municípios que formaram a AMERIOS em comparação com a praticada nos da AMOSC e a distância dos municípios ao pólo da associação pregressa foram as duas principais motivações apresentadas para a criação da AMERIOS. Duas outras motivações foram declaradas: primeira, os desmembramentos municipais ocorridos na região da AMOSC aumentariam demasiadamente o número de municípios filiados, causando possível deficiência no atendimento da associação. Segunda, os criadores da AMERIOS – os prefeitos da região, liderados pelo principal articulador do processo, Celso Maldaner, prefeito de Maravilha – desejavam dar

³ Antenor Rocha, prefeito de Maracajá, presidente da AMESC. Entrevista realizada em Criciúma, em 6 de junho de 2002.

visibilidade política à região, para receber mais investimentos dos governos estadual e federal, impulsionando seu fortalecimento político. O primeiro presidente da AMERIOS foi Antônio Ulsenheimer, prefeito de Saudades, tendo o prefeito Celso Maldaner como vice-presidente.

A criação da AMPLASC foi motivada por dois aspectos: a diferença de enfoque econômico entre os municípios eminentemente agrícolas, polarizados por Campos Novos e os da região de Joaçaba, com suas indústrias metal-mecânicas; e o atendimento técnico deficiente por parte da AMMOC às demandas dos municípios, conforme Alcides Mantovani⁴, prefeito de Zortéa, primeiro presidente da AMPLASC e presidente da FECAM (em 2002). Conforme documento elaborado pela AMPLASC⁵, ela foi criada pelos prefeitos do Município de Campos Novos e dos cinco municípios dele desmembrados, mas recebeu decisivo incentivo do deputado estadual Romildo Titon.

A AMNOROESTE foi criada por incentivo de Cairu Hack, prefeito de São Lourenço d'Oeste, que assumiu a vice-presidência. O primeiro presidente da AMNOROESTE foi Waldir Antônio Walker, prefeito de São Bernardino, município recém-desmembrado de São Lourenço d'Oeste.

Identidade regional e capital social

Da mesma maneira como Fontes (2001) considera os consorciamentos intermunicipais existentes no país importante estratégia para lidar com as questões municipais, considera-se neste trabalho que em Santa Catarina as AM têm sido a forma encontrada pelos municípios para enfrentar questões afetas não somente à gestão municipal, como também ao desenvolvimento econômico, através da “construção de uma identidade político-

⁴ Entrevista realizada em Joinville, em 08/07/2002, durante Encontro de Secretários Executivos.

⁵ “Histórico da AMPLASC”, s/a; s/d; s/p; mimeo, obtido na AMPLASC, durante a pesquisa de campo.

territorial, que se materializa através de novos arranjos institucionais comprometidos com a consolidação do território supramunicipal e seu fortalecimento político” (p. 12). A constituição desse novo território pressupõe a ação de novos atores políticos, com identidades sociais construídas localmente. É o caso da criação da AMERIOS e da AMPLASC, só para citar duas das associações criadas mais recentemente. A AMERIOS foi criada sob a influência do prefeito de Maravilha, Celso Maldaner, irmão do senador Cacildo Maldaner⁶. E a AMPLASC recebeu apoio do deputado estadual Romildo Titon para consolidar a região da referida associação de municípios⁷.

A construção dessas representações sociais é fruto da vitória daquele a quem é atribuído um poder para vencer a luta pela nova delimitação. Esse poder, que é simbólico, segundo Bourdieu (2001), ao mesmo tempo que é exercido localmente, reconhece suas limitações frente a outras forças externas. Por isso, quando confrontado com projetos nacionais ou internacionais, essas representações sociais procuram, segundo Fontes (2001), o “entendimento e a complementaridade de interesses para a inserção do território supramunicipal na dinâmica desses projetos, considerando o atendimento dos interesses coletivos *vis-à-vis* os dominantes” (p. 12). Para que isso aconteça, é necessário que os fluxos políticos, sociais e econômicos – presentes no espaço desse território supramunicipal, base dessa nova representação social – persigam adquirir e evidenciar uma identidade própria e uma personalidade diferente “daquelas assumidas individualmente pelos municípios seus componentes” (Fontes, 2001: 12).

Não se trata aqui de levar em consideração apenas as propriedades objetivas na observação das motivações apresentadas para a criação dessas representações sociais; trata-se, antes, de reconhecer as “propriedades ditas ‘subjetivas’ (como sentimento de

⁶ No Governo de Pedro Ivo Campos (1987-1990), Cacildo Maldaner foi vice-governador, assumindo o governo após falecimento do titular.

⁷ Conforme “Histórico da AMPLASC”, s/a, s/d, s/p, mimeografado, fornecido pela AMPLASC.

pertença etc.), quer dizer, as *representações* que os agentes sociais têm das divisões da realidade e que contribuem para a realidade das divisões” (Bourdieu, 2001: 120), sentimentos esses que muitas vezes foram declarados nas entrevistas, durante a pesquisa de campo (grifos do autor). Tal sentimento de pertença e a necessidade de reconhecimento da região são a base para a luta pela divisão e, conseqüentemente, nova delimitação do poder. Para Bourdieu, ao anunciar esta nova delimitação, mesmo que seja imposta arbitrariamente, o responsável por essa delimitação “consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, ‘naturais’” (p. 114). Assim, essas representações sociais que são construídas e anunciadas passam a ser incorporadas na própria realidade a qual elas representam, como se fossem naturais e legítimas. Na verdade, aquele a quem é atribuído um poder é quem vence no campo das lutas pela delimitação legítima da região. Vale repetir que muitas vezes trata-se de um poder simbólico, um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2001: 7-8).

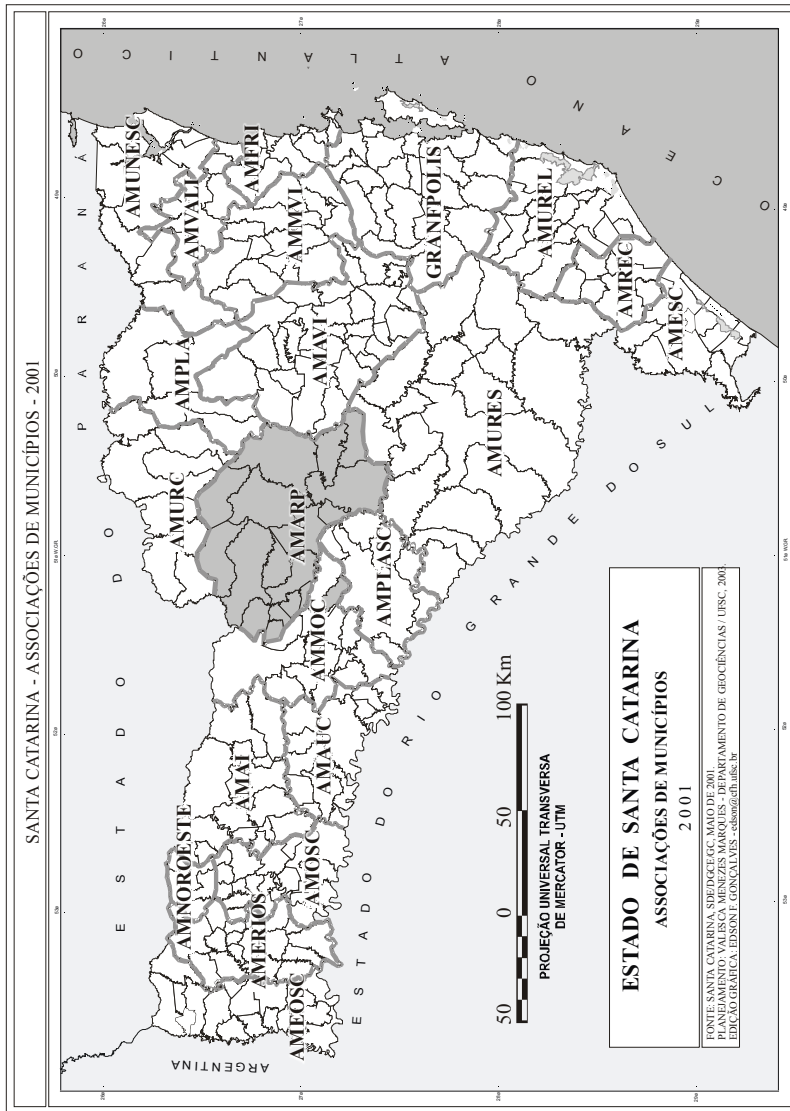
O associativismo municipal em Santa Catarina recebeu influência das tradicionais formas de cooperativismo e associativismo existentes na economia rural do Estado, fruto do capital social que permeia todas as instituições envolvidas, abordadas neste trabalho. Putnam (1996) define *capital social* como sendo o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação que, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas e a habilidade de criar e de sustentar associações que resultam no benefício de toda comunidade. Para o autor, as evidências históricas, tanto de épocas passadas quanto recentes, indicam que os fatores socioculturais têm papel decisivo na explicação das diferenças regionais (Putnam, 1996). Entretanto, argumenta que “qualquer interpretação baseada num único fator certamente será equivocada” (p. 169). As tradições cívicas, o

capital social e práticas colaborativas, por si sós, não desencadeiam o progresso econômico. Elas são a base para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidades da realidade presente e futura (Putnam, 1996).

Com efeito, a construção dessa representação social em Santa Catarina tem-se mostrado facilitada pelas características da sua população. A disponibilidade de aprender, cultuada como hábito entre os imigrantes estrangeiros e gerações seguintes, teria facilitado o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo rural (Lago, 2000). Como afirma Lago, imigrantes italianos criaram em 1889, no vale do Itajaí, a primeira cooperativa agrícola, cinco anos depois que Robert Owen havia inaugurado o sistema com sua cooperativa de tecelões na Inglaterra. Em Santa Catarina, em Urussanga, também com italianos, seria criada uma outra cooperativa agrícola dez anos depois da primeira (Lago, 2000). O espírito comunitário manifestava-se também em outras situações que previam a “*ajuda mútua*, que já eram práticas tradicionais – o *Bittarbeit* entre os grupos germânicos – o mutirão, enfim, o associativismo entre os demais grupos imigrantes” (Lago, 2000: 358), que difusamente praticados assentaram os “alicerces do cooperativismo rural que se efetivou progressivamente no Estado como uma de suas proeminentes instituições sociais” (p. 358).

As formas embrionárias de associativismo e cooperativismo, segundo normas jurídicas atuais, foram inerentes à odisséia do processo colonizador. A ‘ajuda mútua’, ‘adjutório’, ‘pixurum’, ‘mutirão’, ou outro termo equivalente, era procedimento indispensável entre os desbravadores. Esta base histórica explica, em parte, o relativo êxito dos atuais empreendimentos cooperativos em Santa Catarina (Lago, 1988).

O mapa e o quadro 2 sintetizam o processo de divisão e re-divisão do espaço catarinense em associações de municípios ao longo de mais de quatro décadas, mostrando assim a atual configuração da divisão regional.



**QUADRO 2: SANTA CATARINA - ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS
2001 - Por ordem alfabética**

SIGLA	MUNICÍPIOS ASSOCIADOS
AMAI	A.M. do Alto Irani: Abelardo Luz, Bom Jesus, Coronel Martins, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Galvão, Ipuacú, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, São Domingos, Ponte Serrada, Vargeão, Xanxerê , Xaxim (16 Munic.).
AMARP	A.M. do Alto Vale do Rio do Peixe: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Pinheiro Preto, Ponte Alta do Norte, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Timbó Grande, Videira (18 Munic.).
AMAUC	A.M. do Alto Uruguai Catarinense: Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Ipiranga, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara, Xavantina (15 Munic.).
AMAVI	A.M. do Alto Vale do Itajaí: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lajeado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio d'Oeste, Rio do Sul , Saleté, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meirelles, Witmarsum (28 Munic.).
AMEOSC	A.M. do Extremo Oeste Catarinense: Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondai, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste , Tunápolis (18 Munic.).
AMERIOS	A.M. do Entre Rios: Anchieta, Bom Jesus do Oeste, Caibí, Campo Erê, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha , Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades, Tigrinhos (18 Munic.).
AMESC	A.M. do Extremo Sul Catarinense: Araranguá , Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Somrio, Timbé do Sul, Turvo (15 Munic.).
AMFRI	A.M. da Foz do Rio Itajaí: Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí , Itapema, Luiz Alves, Nevegantes, Penha, Piçarras, Porto Belo (11 Munic.).
AMMOC	A.M. do Meio Oeste Catarinense: Água Doce, Capinzal, Catanduvás, Erval Velho, Herval d'oeste, Ibicaré, Jaborá, Joçaba , Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tílias, Vargem Bonita (14 Munic.).
AMMVI	A.M. do Médio Vale do Itajaí: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau , Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó (14 Munic.).
AMNOROESTE	A.M. do Noroeste Catarinense: Jupiá, Novo Horizonte, São Bernardino, São Lourenço do Oeste (4 Munic.).

SIGLA	NOME E MUNICÍPIOS ASSOCIADOS
AMOSC	A.M. do Oeste de Santa Catarina: Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambú do Sul, Chapecó , Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambú, Iratí, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, Serra Alta, São Carlos, Sul Brasil, União do Oeste (20 Munic.).
AMPLA	A.M. do Planalto Norte Catarinense: Itaiópolis, Mafra , Monte Castelo, Papanduva (4 Munic.).
AMPLASC	A.M. do Planalto Sul Catarinense: Abdon Batista, Brunópolis, Campos Novos , Celso Ramos, Monte Carlo, Vargem, Zortéa (7 Munic.).
AMREC	A.M. da Região Carbonífera: Cocal do Sul, Criciúma , Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso, Urussanga. (10 Munic.).
AMUNESC	A.M. do Nordeste de Santa Catarina: Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Joinville , Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul (9 Munic.).
AMURC	A.M. da Região do Contestado: Bela Vista do Toldo, Canoinhas , Irineópolis, Major Vieira, Matos Costa, Porto União, Três Barras (7Munic.).
AMUREL	A.M. da Região de Laguna: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão-Pará, Gravatal, Iamruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão (18 Munic.).
AMURES	A.M. da Região Serrana: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages , Otacílio Costa, Rio Rufino, Paniel, Palmeira, Ponte Alta, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema (18 Munic.).
AMVALI	A.M. do Vale do Itapocu: Barra Velha, Corupa, Guarimirim, Jaraguá do Sul , Massaranduba, São João do Itaperiú, Schroeder (7 Munic.).
GRANFPOLIS	A.M. da Região da Grande Florianópolis: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitópolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis , Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara, Tijucas (22 Munic.).

NOTA: Os municípios-sede das associações estão em negrito e o número de municípios, entre parênteses.

Fonte: Organizado por V. M. Marques com base em dados das associações de municípios e FECAM.

Considerações finais

A lógica do processo de regionalização das AM compreende o papel dos planos do governo federal, de organismos

governamentais como a SUDESUL, o papel dos planos do governo estadual, a influência das outras divisões regionais e dos agentes sociais, identificados como os prefeitos e outras lideranças políticas e empresariais.

A análise empírica evidencia, também, um sentimento de pertença que revela uma identidade regional que supera eventuais diferenças político-partidárias, ao mesmo tempo que demonstra uma capacidade histórica para o associativismo (Lago, 1988), consequência do capital social (Putnam, 1996) existente no Estado.

Dentre as motivações mais reconhecidas na pesquisa para a criação das associações de municípios no Estado de Santa Catarina, não importando a época de criação da associação – no início do processo, na década de 1960, ou na de 1990 –, desponta como principal a busca do desenvolvimento da região. Entretanto, ao longo dos anos 60 em diante, com a instalação do período de ditadura militar, alterou-se o foco do objetivo das AM neste Estado: enquanto as primeiras surgiram como força política regional reivindicatória perante os governos federal e estadual, as seguintes substituíram esse objetivo pela estruturação dos serviços técnicos prestados às prefeituras, tendo a SUDESUL cumprido papel importante nessa fase.

A pesquisa constatou que, desde o início, os prefeitos foram os principais agentes sociais construtores do associativismo municipal em Santa Catarina, secundados por lideranças políticas e empresariais, que embora não fizessem parte das AM, auxiliavam a construção dessas representações sociais.

A análise desses aspectos colabora para realçar as relações de identidade existentes nas regiões das associações, muitas vezes abordadas pelos entrevistados, demonstrando que essa identidade regional está presente no cotidiano da população e legítima tal delimitação. Por outro lado, a pesquisa concluiu também que, embora a motivação geralmente explicitada para criar a associação de municípios coincida com os objetivos descritos em regulamentos e atas de assembléias, a lógica da reprodução do

poder – deslocado para um novo território – está presente no processo.

A lógica que preside a divisão do Estado em regiões das AM é, portanto, de tal natureza que, apesar de inexistir no federalismo brasileiro a figura do ente regional (exceto as regiões metropolitanas), essa divisão permanece e demonstra vigor.

Referências bibliográficas

- AMAVI. Câmara Júnior abraçou a idéia da criação. **AMAVI 25 Anos**. [1989?]. p. 02.
- AMMOC: Elo de integração no Meio-Oeste Catarinense. **A Notícia**, Joinville, 21 jun. 1987. Publicidade. p. 15.
- AMOSOC: **30 Anos de História**. Chapecó: AMOSC. 1998. (mimeo).
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FONTES, Angela. Descentralização e Consórcios Intermunicipais. **Revista de Administração Municipal** - Municípios, Rio de Janeiro, ano 46, nº 231, set./out. de 2001: 9-12.
- GRANFPOLIS. Florianópolis. **Ata da Assembléia Geral de Constituição** da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis realizada no dia 26 de março de 1969. Livro 01: 1-6.
- IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Rio de Janeiro. Centro de Pesquisas Urbanas. **Associações e Consórcios Intermunicipais**. Coord. de Carlos Nelson F. dos Santos & François E. J. de Bremaeker. Convênio SEPLAN/PR e IBAM. Rio de Janeiro, 1978. 144 p.
- LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 1978.
- LAGO, Paulo Fernando. **Gente da Terra Catarinense: Desenvolvimento e Educação Ambiental**. Florianópolis: Ed. da UFSC/FCC Edições/Ed. Lunardelli/ UDESC, 1988.

- LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: a transformação dos espaços geográficos**. Florianópolis: Verde Água Produções Culturais, 2000.
- MELO, Osvaldo Ferreira de. O Planejamento a nível micro-regional: a experiência do Estado de Santa Catarina. *In: SEPLAN-PR/SECRETARIA-GERAL/SAREM. Relatório II Simpósio Nacional de Órgãos de Articulação com os Municípios, Rio de Janeiro, novembro 1977*. Brasília, 1978: 189-211.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Desenvolvimento Regional e Articulação com os Municípios. Divisão de Desenvolvimento Regional. **Divisões Físico-Territoriais do Estado de Santa Catarina**. [Florianópolis], 1987. (mimeo)
- _____. **Projeto Catarinense de Desenvolvimento**. 1971.
- _____. Decreto nº 1.190, de 28 de dezembro de 1973. Altera a composição das unidades territoriais de que trata o Decreto N/SDE - 28.09.71/N. 844. **Diário Oficial**, nº 9896, ano XXXIX, Florianópolis, 28 dez. 1973.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.